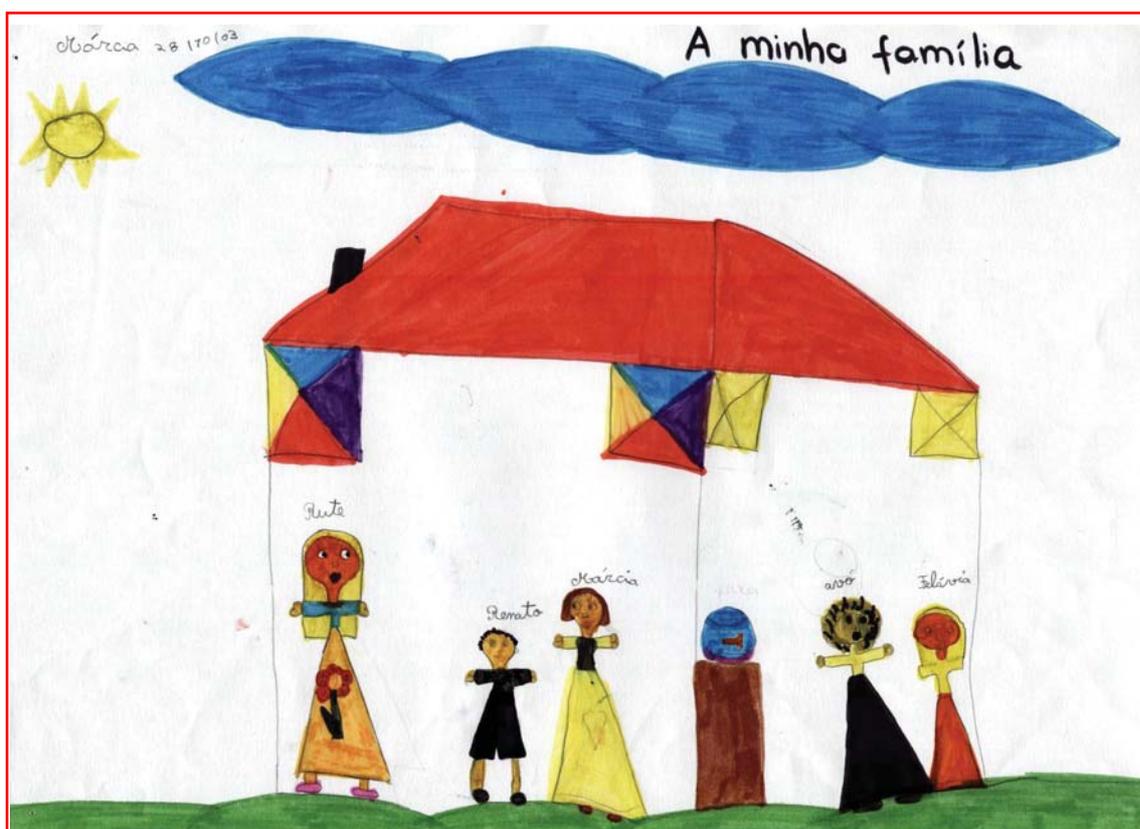




IAC E FAMÍLIA



“A família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à protecção da sociedade e do Estado e à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros”. (Art.º 67.º da Constituição da República Portuguesa).

A Organização das Nações Unidas proclamou 1994 como Ano Internacional da Família (AIF). Portugal teve um importante papel nesta decisão em que se pretendeu valorizar e reforçar a família em todo o mundo. Dez anos depois do AIF, as Nações Unidas desafiamos de novo para celebrar o Dia Internacional das Famílias, no ano

em que se assinala o décimo aniversário do Ano Internacional da Família.

O que se passou nestes 10 anos?

Ao reflectir sobre esta temática, é de salientar a actuação que o Instituto de Apoio à Criança tem tido desde 1983 junto das famílias portuguesas, proporcionando-lhes apoio efectivo de forma não burocratizada.

Com o trabalho que tem sido desenvolvido por todos os sectores do IAC, individualmente e em parceria, tem sido possível desenvolver um trabalho de qualidade em torno da melhoria das condições de vida das nossas crianças e suas famílias, trabalho esse que tem sido plenamente reconheci-

do pela sociedade de forma geral. No entanto, é bom pensarmos no muito que há ainda a fazer em prol da defesa e promoção dos direitos das crianças, começando por pensar em fazer cumprir os artigos da convenção tais como o artigo 18.º, que faz referência aos pais que devem educar os seus filhos e fazer o melhor por eles, ou o 19.º, que refere que ninguém deve exercer sobre a criança qualquer espécie de mau trato e que os adultos devem proteger as crianças contra os abusos, a violência e a negligência e ainda o 24.º, que diz que a criança tem direito à saúde, devendo os adultos alimentar e cuidar bem dela...

Enfim, era bom que estes direitos saíssem do papel para a vida real!

O CONCEITO DE FAMÍLIA

O conceito de família tem sofrido significativas alterações ao longo dos anos, alterações essas que têm sido originadas por mudanças várias, que vão ocorrendo a nível sociológico, psicológico, cultural e educacional.

Se tivermos em linha de conta que o papel que cada elemento da família tem vindo a representar no tecido social, facilmente podemos verificar que a interacção que cada indivíduo estabelece com as pessoas que o rodeiam, leva a que progressivamente a organização familiar e a sua tipologia se vá modificando.

Na antiga Roma era comum definir-se Família como sendo um conjunto de elementos que viviam sob o domínio do pater familias, isto é, do senhor dono da casa. Hoje quando se designa o que é uma família tenta-se que a definição tenha em conta duas variáveis principais que são a Função da Família e a Estrutura da Família.

A Função da Família, ou seja, as tarefas de cada elemento da família têm sofrido grandes alterações. Antigamente prendiam-se essencialmente com as divisões do trabalho, com a satisfação, cuidados, etc. Actualmente as funções dos elementos da família estão muito diferentes, pois dá-se mais valor à função profissional, à satisfação sexual e à autonomia dos seus elementos.

A Estrutura da Família que se prende com as diversas gerações dos elementos da família também se tem vindo a modificar constantemente, dando origem a vários tipos



de família; nuclear ou simples caracterizada por uma só união e um grau de descendência e alargada ou extensa que contempla para além da família nuclear outros elementos.

Desta forma a definição de família como sendo um conjunto de pessoas frequentemente, mas não necessariamente, relacionadas por laços de sangue ou casamento, que vivem na mesma casa com o compromisso mútuo de cuidarem uns dos outros ao longo do tempo, foi dando lugar a definições mais abrangentes que considera a família um conjunto de elementos com inter-relação entre si, influenciadas por significações emocionais, sociais, políticas, culturais, etc., passando o foco dos tradicionais e exclusivos laços biológicos a apontar igualmente para os contextos relacionais e sistémicos que favore-

cem a proximidade dos elementos, passando a considera-lo também como família.

Quando se está a falar de Famílias, não nos podemos esquecer que se por um lado a família é útil e fundamental ao desenvolvimento individual de cada um de nós por outro também pode ser tóxica para os seus elementos. Assim, para que cada elemento da família se desenvolva e sobreviva é preciso que a família se vá modificando e evoluindo tal como um organismo vivo e assim também a família vai sobrevivendo às crises de crescimento com que se depara ao longo do processo de desenvolvimento atingindo desta forma diferentes estádios de evolução.



O PAPEL DO SOS-CRIANÇA NO TRABALHO COM AS FAMÍLIAS

Como é sabido a família comporta em si mesma e em simultâneo forças e fraquezas. A vida familiar é a mais sólida e também a mais frágil.

A educação que se transmite nem sempre surte os efeitos desejados. Os valores de respeito, das atitudes de compreensão e de paciência são facilmente ultrapassados pelo desrespeito, pela intolerância e pela violência. Como é possível que a violência, verbal ou física esteja tão presente na vida intrafamiliar? Como é possível que em pleno século xxi, com o aumento de escolaridade, a brutalidade não ceda o lugar ao bom senso e ao civismo? Como é possível que os abusadores e agressores actuem principalmente dentro das suas próprias famílias?

Gostaríamos de viver num mundo em que as crianças fossem as mais protegidas, exactamente por serem crianças, e em que não fossem por essa razão as principais vítimas da violência, dos maus-tratos e da negligência. Se as famílias e a comunidade em geral cumprissem o seu papel protector em relação às suas crianças então o mundo seria melhor e nesse mundo não haveria lugar para tanto sofrimento.

Infelizmente existem muitas crianças que são maltratadas ou negligenciadas. Porque esta infeliz realidade existe podemos dizer que o IAC tem serviços para apoiar as famílias que mais necessitam e para proteger as crianças, tanto das suas próprias famílias quando estas são desestruturadas, como da própria

sociedade negligente.

Desde Novembro de 1988 que o SOS-Criança tem trabalhado a nível nacional no âmbito da família e criança em geral e maltratada em particular. No início da década de 90, através do trabalho dos técnicos da equipa com duas estagiárias, uma de Psicologia e uma de Serviço Social e da supervisão de uma Pedopsiquiatra, desenvolveu-se um projecto denominado "Prioridade às famílias", que consistia no acompanhamento de famílias a nível psicossocial. O trabalho prioritário era no âmbito das famílias disfuncionais, razão pela qual nessa altura, a metodologia de trabalho adoptada pelo IAC serviu de modelo ao actual PAFAC (Projecto de Apoio à Família e à Criança), projecto interministerial, que trabalha na área das crianças maltratadas.

16 ANOS A DAR VOZ À CRIANÇA

O SOS-Criança ao longo dos seus 16 anos de existência tem tido como objectivo ouvir e dar voz à Criança, Promover e Defender os seus Direitos, prevenindo situações-problema e sensibilizando as estruturas comunitárias e da sociedade para a problemática da Criança, em geral, em perigo e abusada, em particular, através das valências Telefone, Apartado, Atendimento Social, Jurídico, Psicológico, E-Mail e Mediação Escolar.

O atendimento telefónico é considerado hoje uma valência de primeira necessidade. Ao longo da sua existência, o SOS-Criança recebeu milhares de apelos. No que diz

respeito aos familiares, podemos referir que utilizam frequentemente o serviço para encontrarem resposta aos seus problemas. Ao SOS chegam apelos de todas as organizações e tipologias familiares. Os pedidos de apoio fazem referência maioritariamente a situações de crianças em risco mas os maus tratos físicos dentro da própria família aparecem muito, assim como questões relativas à regulamentação do poder paternal e à negligência dentro das famílias.

Através do Encaminhamento, o SOS-Criança realiza a nível nacional um trabalho de parceria com os Serviços Locais das áreas de residência das crianças, desencadeando um estudo da veracidade das situações denunciadas ao serviço, tendo por base um acompanhamento local das famílias.

No Atendimento Psicológico e Social os técnicos do SOS-Criança também recebem algumas situações fazendo acompanhamentos personalizados de crianças e suas famílias, avaliando, esclarecendo, acompanhando e quando necessário encaminhando a outras entidades.

A Mediação Escolar é uma valência do SOS-Criança que actua através da promoção e integração de GAAP (Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família) nas escolas que em rede e de forma articulada tem intervindo directamente junto das famílias das crianças cujos problemas se fazem denotar no ambiente escolar, diminuindo desta forma o abandono, o absentismo e a violência escolar.

MARIA JOÃO COSME

O PROJECTO RUA E O TRABALHO COM AS FAMÍLIAS

O Projecto Rua iniciou-se em 1989 para dar resposta a um vasto número de crianças/jovens que se encontravam a vagar e a dormir na rua, na Baixa de Lisboa.

Dadas as características deste grupo – a ruptura total ou parcial com a família – a questão “família” impôs-se-nos como o maior e o mais difícil dos desafios.

Assim, através do estabelecimento de confiança com o jovem, da criação de laços, da “reconstrução” da sua história, nomeadamente pela relação com o animador de rua, a família foi “emergindo” do diálogo mantido entre aquele e os jovens. Rejeitada e rejeitante, mas, em relação à qual, ainda era possível, nalguns casos, “reparar” a ruptura.

Na 1ª fase do Projecto (1989-1994) procedeu-se, assim, aos primeiros contactos com as famílias das crianças/jovens abordadas na rua, através de visitas domiciliárias, com o assentimento prévio dos jovens.

Junto daquelas, o estabelecimento de relação, o diagnóstico das realidades encontradas e a construção duma nova imagem do jovem em fuga (situando-o como tendo um lugar e competências no seio da família) contribuiu decisivamente para a inserção dos jovens.

Paralelamente, fez-se o acompanhamento personalizado a serviços diversos com vista à resolução de problemas concretos. No fundo, viabilizar a interiorização da ideia de família com lugar na sociedade, com direitos e deveres a cumprir, sendo o principal dever o acolhimento da criança/jovem para crescer e educar.

No fim desta fase, iniciaram-se os contactos com as famílias das Comunidades de Residência (Bairro 6 de Maio, Pátio 208, Bairro do Condado e Bairro Olival do Pancas) onde foram fixadas equipas do Projecto.

Na 2ª fase (1994-2001) procurou-se o fortalecimento de relação com as famílias dos jovens de rua, e com outras famílias das Comunidades numa perspectiva de Prevenção.

Por outro lado, foi aí que começou a surgir com intensidade a intervenção dos parceiros (iniciada, na prática desde a 1ª fase do Projecto) que começaram a tomar “em mãos” a resolução de problemas concretos que se colocavam às famílias.

Actualmente (4ª fase do Projecto) numa linha de evolução e continuidade, para além do contacto directo diário com as crianças/famílias, sempre com uma intencionalidade pedagógica, no Bairro Olival do Pancas começou a ser uma referência no apoio às famílias a articulação interinstitucional, face à planificação e concretização de acções conjuntas, numa prática de modelo integrado.

Assim, para além do apoio pontual, existe um apoio estrutural, só possível pelo contributo da rede de parceiros, operacionalizado nas reuniões restritas do grupo de famílias, onde são analisadas as situações mais prementes e encaminhadas em conformidade.

No que diz respeito aos jovens abordados na Comu-

nidade de Fuga temos, por um lado, o apoio directo da equipa e, por outro, em complementaridade, a articulação feita pelo NAC (Núcleo de Apoio às Comunidades).

Este, através da capacitação dos técnicos e/ou das instituições locais, viabiliza a aproximação entre aqueles/estas e as famílias dos jovens em perigo.

Assim se processa o trabalho com as famílias, num Projecto que a si próprio se designa, presentemente, por Projecto Rua “Em Família para Crescer”.

ANA ISABEL CARICHAS,
BRUNO PIO, PALMIRA CARVALHO





SÓ UM TECTO NÃO BASTA...¹

A família constitui o espaço privilegiado de afectividade, de realização da pessoa, de transmissão de valores e de reforço da solidariedade entre gerações.

Na origem do acolhimento institucional encontra-se, normalmente, a vivência de situações de risco no seio da família (pobreza, desemprego, toxicoddependência, alcoolismo, prostituição, mendicidade, violência familiar, problemas com a justiça...) que comprometem o desenvolvimento biopsicossocial equilibrado da criança.

Toda a criança que é separada dos seus pais, por mais negligentes que estes tenham sido, sofre. Emergem sentimentos de perda,

solidão e vazio; é o ficar órfão... emocionalmente e o sentir-se culpado sem saber porquê...

O acolhimento na instituição traduz sempre uma separação e uma difícil adaptação ao desconhecido. A actividade diária destas crianças obedece a uma rotina que os faz esquecer da sua própria individualidade; a sua existência institucional é caracterizada, por um "despojamento psíquico e social"², que torna penosa a sua vida na comunidade e dificulta o seu processo de reintegração na sociedade que tantas vezes os estigmatiza e marginaliza.

O Projecto de Humanização das Instituições de Acolhimento de Crianças – IAC-Coimbra nasceu com o próprio núcleo que tem vindo a intervir nas instituições colaborando na criação de condições "mais humanizadas" que respondam às muitas necessidades das muitas crianças aí acolhidas.

Conscientes de que não é possível preencher o lugar da família na vida destas crianças e que viver num Lar é também em si mesmo (ainda que paradoxalmente) uma situação de risco³ procuramos:

- Criar contextos de formação pessoal e profissional para técnicos e pessoal auxiliar que vise humanizar o acolhimento;
- Alertar para o risco de (re)vitimizar a criança;
- Contextualizar os comportamentos e encontrar

estratégias e canais de comunicação;

- Alertar para a necessidade de cada criança ter alguém do ponto de vista afectivo que a receba e lhe dê uma particular atenção, condição básica para que ocorra um processo de vinculação;

- Criar espaços lúdicos no Lar que possam funcionar como espaços de "terapia" e onde a família continue a existir "nem que seja de faz de conta";

- Dinamizar espaços de formação e sensibilização para crianças que ajudem a colmatar falhas: de estimulação sensorial (ateliers de expressão plástica; ...); de estimulação afectiva e social (trabalho com voluntários e estagiários que se disponibilizam para estar e interagir); de (in)formação (sessões de trabalho com jovens sobre comportamentos de risco, educação para a saúde, métodos de estudo).

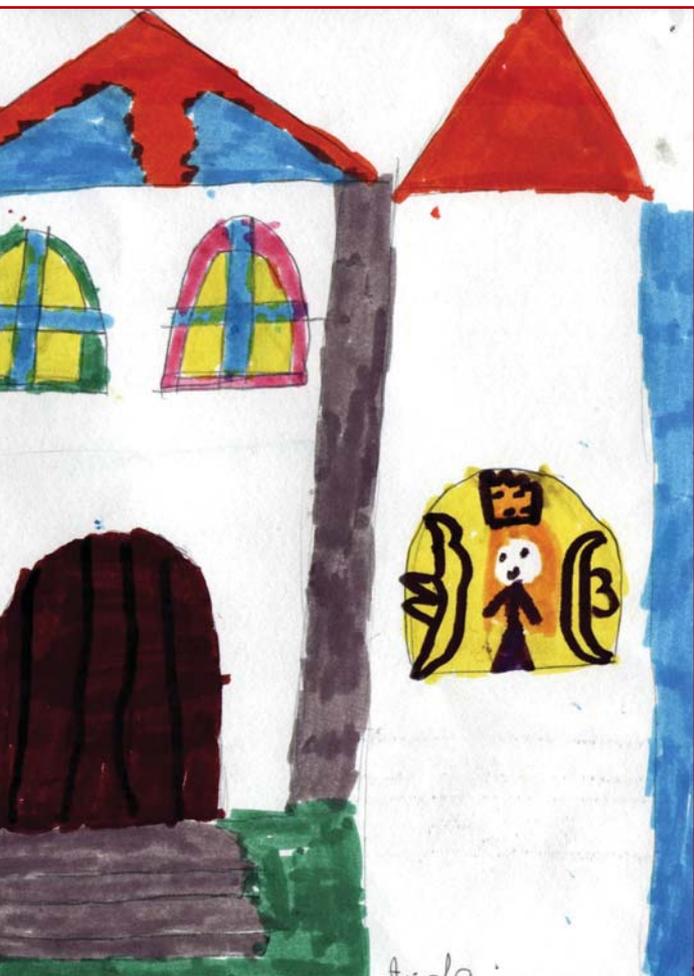
O trabalho nos Lares tem constituído um repto permanente face à indiferença e ao preconceito, em relação a estas crianças e à necessidade de se fazer cumprir a Convenção sobre os Direitos da Criança.

NÚCLEO DE COIMBRA

¹ Amado, J. (coord.) et al. (2003) A Escola e os Alunos Institucionalizados". (Políticas de Educação). Lisboa: DEB.

² Campos, A (1984). O menor institucionalizado: um desafio para a sociedade. Brasil: Editora Vozes Lda.

³ Espert F. (1989). Apertura y Humanización Institucional: Alternativas para Menores de Internados, Orfanatos, Reformatórios, Cárceres Juveniles Y Afines, UNICEF, Ed. Gente Nueva



HUMANIZAR O TRATAMENTO À CRIANÇA

Humanizar é... um processo de relação afectiva com a criança e a família...

A. Moleiro

Eu não estou doente! A minha mãe é que me trouxe... – disse o Pedro, 6 anos, quando o médico lhe perguntou por que tinha vindo à consulta.

Na realidade o Pedro era uma criança saudável, a crescer bem, com óptimo desenvolvimento, com vacinas em dia, com uma família estruturada, sem doenças graves que dessem preocupação aos pais, mas que ia iniciar uma nova etapa – a escolaridade – e os pais queriam que fosse avaliado.

A Margarida, 2 meses, era amamentada pela mãe, estava a aumentar bem de peso e vinha à consulta com os pais, mas não sorria nem estabelecia qualquer contacto visual com o médico. Foi perguntado aos pais se ela costumava sorrir – não sei, nunca reparei... Foi-lhes pedido que falassem com ela – não vale a pena, ela não entende nada...

A visita domiciliária revelou condições precárias e a bisavó disse que a Margarida passava o dia no quarto, sozinha, e que, muitas vezes, só depois de chorar muito a mãe lhe dava de mamar.

Contactados os Serviços da Segurança Social e a equipa de Intervenção Precoce de uma Cerci iniciou-se um longo processo de acompanhamento que, depois de comprovada a incapacidade dos pais para o desempenho da sua função parental, levou à entrega da Margarida ao avô materno e companhia. Hoje está com um desenvolvimento normal e já sorri!

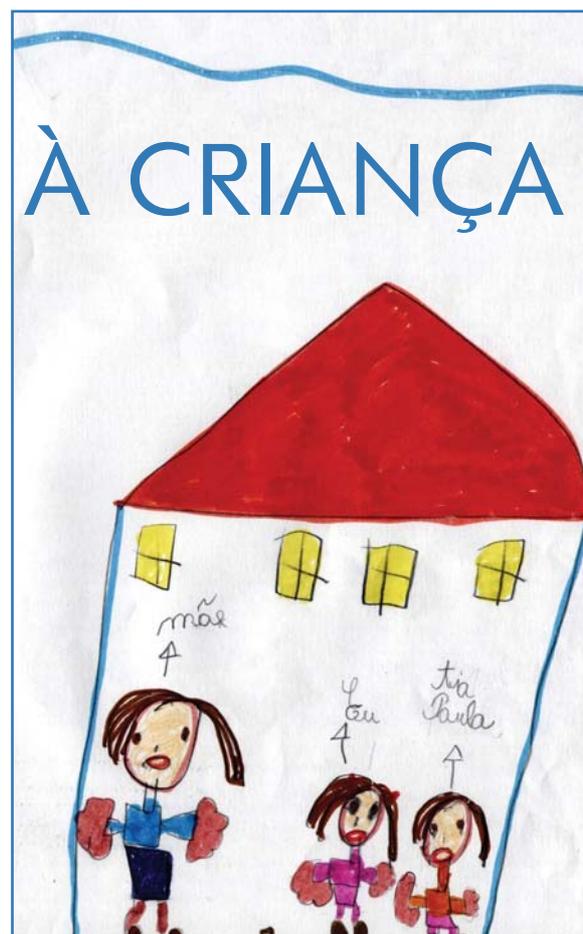
A Sara, 4 anos, tinha uma

doença grave, incapacitante e era seguida, desde o nascimento, em consulta hospitalar. No Centro de Saúde verificou-se que não tinha qualquer vacina. Era transportada ao colo pela mãe e passava o dia em casa. Para além da família só contactava com os profissionais que a atendiam no Hospital. A mãe, disposta a tudo fazer pela sua filha, mostrava algum "cansaço" da situação. O Centro de Saúde promoveu contactos para a aquisição de uma cadeira de rodas e para a entrada num Jardim de Infância. Algum tempo depois, a mãe da Sara dizia que, pela primeira vez desde há 4 anos, tinha algum tempo para si própria e para o resto da família e a Sara dizia "adoro a São (Educadora) e os colegas da escola".

A resposta do Pedro traduz a ideia, muito comum, de que Saúde é a ausência da doença, mas a atitude dos pais mostra que eles compreendem que uma vigilância periódica, em determinadas idades, permite detectar precocemente situações que poderão afectar a vida ou a qualidade de vida da criança.

A Margarida era uma criança negligenciada pela família, já com perturbações do foro psicoafectivo. A sua entrega à guarda do avô foi o que, depois de muita ponderação, se julgou ser a melhor solução.

A Sara continua a ser uma criança deficiente, com uma doença



crónica, que necessita de acompanhamento médico, mas que passou a estar integrada na escola. A família considera-a, agora, uma criança como outra qualquer que apenas precisa de cuidados especiais.

Estes são 3 exemplos que permitem perceber que a saúde (bem-estar físico, psíquico, social) não depende exclusivamente da prestação de cuidados clínicos. O sector da humanização defende que só é possível humanizar o atendimento à criança quando há articulação entre os vários serviços, nomeadamente: Saúde, Educação, Segurança Social e a implicação da Criança e da Família na prestação dos cuidados.

HELENA SEABRA
LEONOR SANTOS

Membros do Grupo Coordenador
do Sector da Humanização



UMA REFLEXÃO PESSOAL

Como afirma Manciaux, citada por Gomes-Pedro (1999:35) "A Família não se define, vive-se", ao que acrescenta "para que seja vivida tem de se ensinar a vivê-la", ou como afirma Salgueiro (1999) "ser família é sentir necessidade de possuir a capacidade de construir projectos sólidos de futuro para as crianças e jovens".

A família é fonte de satisfação e de insatisfação para a criança. É na família que primeiro aprende; é aí que também aprende modos de enfrentar "problemas" de acordo com as tradições culturais e experiências do grupo a que pertence. O sistema familiar é uma adaptação para a fronteira do trabalho biossocial. Para as crianças pequenas os acontecimentos próximos no espaço e no tempo são muito importantes para o desenvolvimento das capacidades simbólicas.

A criança precisa de amor e de interacção, de dependência e de autoridade para crescer com equilíbrio e saúde, precisa de vivenciar experiências variadas e de qualidade. Esta qualidade está dependente do desenvolvimento e das características constitucionais (biológicas) de todas as pessoas envolvidas na situação e é nessas interacções e por causa delas que cada pessoa se adapta ou muda.

O mundo das crianças, a experiência do casal, a vida à mesa, os tempos livres, os tempos de diálogo, os tempos de troca de ternura são questões que moldam só por si a mentalidade das pessoas, criando ou limitando as possibilidades de reunião e de expressão de sentimentos, de atitudes e de comportamentos. A maneira como cada sujeito reside /vive dentro das suas quatro paredes afecta o estilo de vida doméstica pela razão de experienciar diferentes graus de falta de espaço, de privacidade e de complexidade relacional. Os

espaços e os seus usos permitem definir e conhecer regras de um sistema social complexo, cheio de contactos cara a cara, informais, que ajudam a absorver as normas e permitem às crianças, desde bem pequenas, aprender regras à medida que vão crescendo. A casa (o nicho ecológico) é um elemento essencial para a formação e o bem estar do indivíduo em formação.

As famílias precisam de apoio através de "estratégias de intervenção precoce" que levem ao reconhecimento das várias etapas da formação e desenvolvimento da criança e também do desenvolvimento parental. Há necessidade de criar condições para que a criança surja em ambientes favoráveis e menos stressantes, pois é sabido que o desenvolvimento é um processo dinâmico de interacção e de troca entre factores genéticos e constitucionais e os factores macro e microsociais (Lewin in Soczka, 1980); Bronfenbrenner, 1979; Gomes-Pedro, 1999; Santos, 1997), tanto uns como outros são dinâmicos e intercomunicantes. Ou seja, as estratégias de intervenção precoce na família podem influenciar positivamente para a minorização do stress dentro da família.

As necessidades de informação e formação a transmitir aos pais, os suportes emocionais, os níveis de stress, as adversidades ambientais, são factores a ter em conta para a criação e desenvolvimento de hábitos e condutas saudáveis, assim como aquisições pessoais harmoniosas, como seja o gosto e a satisfação em cuidar das crianças.

O desenvolvimento a que se assiste actualmente, a chamada "globalização", influencia também aspectos íntimos e pessoais da vida de cada um. Os sistemas chamados de tradicionais estão a transformar-se, as mulheres exigem uma maior igualdade de oportunidades e de

direitos que não afecta apenas as mulheres, afecta também aos vários níveis as crianças (Giddens, 2000; Sarmiento, 1999).

Será que estamos a trabalhar com vista à promoção dos direitos da criança e à promoção de uma sociedade de "melhor-viver-para-todos" (Salgueiro, 1999:263)?

Será que os adultos estão dispostos para dar afecto às crianças?

MARIA JOÃO MALHO

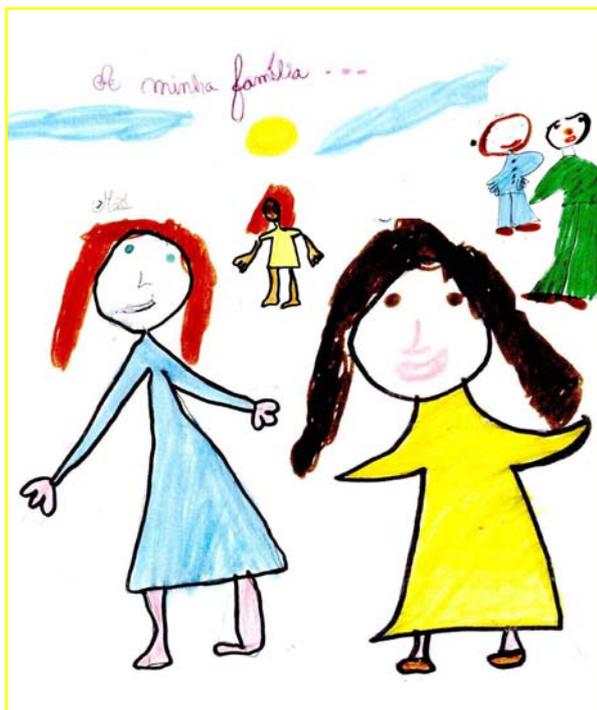
Acções de Ligação à Comunidade

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bronfenbrenner, Urie (1979). *The ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge, Harvard University Press.
- Giddens, Antony (1987). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras, Celta Editora.
- Gomes-Pedro, João (1999). *A criança e a nova pediatria*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Santos, João dos (Setembro 1997, 2ª edição). *A Casa da Praia – O psicanalista na escola*. Lisboa, Livros Horizonte, 1ª edição 1997.
- Salgueiro, Emílio (1999). *A criança e o seu futuro – a criança e os seus riscos*. In João Gomes-Pedro (Ed.), *Stress violência na criança e no jovem*. Lisboa, Departamento de Educação Médica e Clínica da Universidade de Pediatria, Faculdade de Medicina de Lisboa, Universidade de Lisboa (249-264). Soczka, Luís (1980). *A perspectiva ecológica em psicologia*. Análise Psicológica. Lisboa, Instituto de Psicologia Aplicada, 1, 1 (11-35).

SITES INTERNET

- Ministério da Segurança Social da Família e da Criança
<http://www.mts.gov.pt/index.php>
- Coordenação Nacional para os Assuntos da Família
<http://www.familia.gov.pt/index.php>
- Fórum da Família
<http://www.forumdafamilia.com/legislacao.htm>
- A nossa âncora
<http://www.anossaancora.pt/>
- Associação de Famílias Numerosas
<http://www.apfn.loveslife.com/>
- Movimento de Defesa da Vida
<http://www.mdvida.pt/pag3-3.html>



- F** Felicidade é muito amor na família
A Adoro passar as férias com a minha família
M Muita brincadeira na família
Í Ir passear com a família
L Lutas entre a família não!
I Irmã querida
A Adoro os presentes que me dão

Contribuição de uma criança do Bairro Olival do Pancas
 – PROJECTO RUA

LUDICIDADE

Brincar é um modo de crescer
 de cada criança
 João dos Santos

Quando meu tio veio de Paris,
 trouxe-me de lá um cavalo gris,
 ...

O meu cavalo de rodas
 não era só para rodar,
 mal a casa adormecia
 partíamos a galopar.

Pra sossego da mãezinha,
 abalava sem dar sinal,
 e eu saía como o Quixote
 pela porta do quintal.

Mundo fora, à aventura,
 fizesse escuro ou luar,
 uma vez estive em Elvas
 outra além de Gibraltar

Aquilino Ribeiro

Falar de ludicidade pressupõe
 que, por um lado, nos actos de
 “brincar” e “jogar” estejam
 envolvidas a vivência e a descoberta
 de situações lúdicas onde inter-

agem a dimensão estética e ética e,
 por outro lado, que não existam
 limites para os jogos e para os
 brinquedos, no que respeita a
 espaços, a objectos e a materiais.
 As referências relativas à representa-
 ção lúdica podem ser feitas
 através de objectos, de brinquedos,
 de gestos, de movimentos, emoções,
 de sons e música, bem como de
 palavras, de imagens e de figuras.

Os grandes pedagogos – de
 Platão a Schiller e de Comenius a
 Rousseau – não se cansaram de
 afirmar que a brincadeira e o jogo
 eram para a criança a melhor
 forma de aprender. Na verdade,
 não existe bom jogo com o qual
 não se aprenda algo; contudo, e
 como dizia Krou, “Não se pode
 manipular o jogo porque ele não
 forma a criança para uma tarefa
 particular, o jogo visa o desenvolvi-
 mento geral do ser humano”. Jogar
 e aprender são um e o mesmo per-
 curso do espírito. Mas o espírito do
 jogo não se imita. Cada um deve
 recriá-lo, actualizando três instân-

cias fundamentais do jogo e da
 brincadeira: a Acção, a Liberdade
 e o Prazer.

O Sector da Actividade Lúdica
 procura contribuir para que os
 vários agentes educativos tomem
 consciência do papel do brincar e
 do jogar no desenvolvimento pes-
 soal e social da criança.

Porque reconhecemos na família
 o primeiro agente educativo onde
 prevalecem as aprendizagens do
 coração baseadas no afecto, e
 sendo esta uma instituição dinâmica
 que acompanha a evolução das
 Sociedades, o Sector da Actividade
 Lúdica procura que as famílias
 entendam a necessidade de brincar
 da criança como um direito, se
 batam por ele e que proporcionem
 à Criança as possibilidades de
 exercer esse direito de forma livre e
 espontânea, sozinha ou em grupo,
 quer no seio da própria família,
 quer no bairro, na escola, na
 ludoteca ou no hospital.

LEONOR SANTOS
 LUÍSA TAVARES

Sector da Actividade Lúdica